



INFORMATIVO

MAIO | 2021

podemos

CÂMARA

“PARA BUSCARMOS AS
MELHORES FORMAS
DE LEVAR AVANÇOS E
DESENVOLVIMENTO
PARA A REGIÃO, O
CAMINHO PASSA POR
OUVIR A POPULAÇÃO,
ANDAR NAS RUAS”

Deputado Federal
Josivaldo JP (MA)

**JOSILVALDO JP FORTALECE
PARCERIA COM MUNICÍPIOS**

Pág. 10

**ROBERTO DE LUCENA QUER
COMISSÃO GERAL PARA
DISCUTIR O ENFRENTAMENTO
DA FOME NO BRASIL**

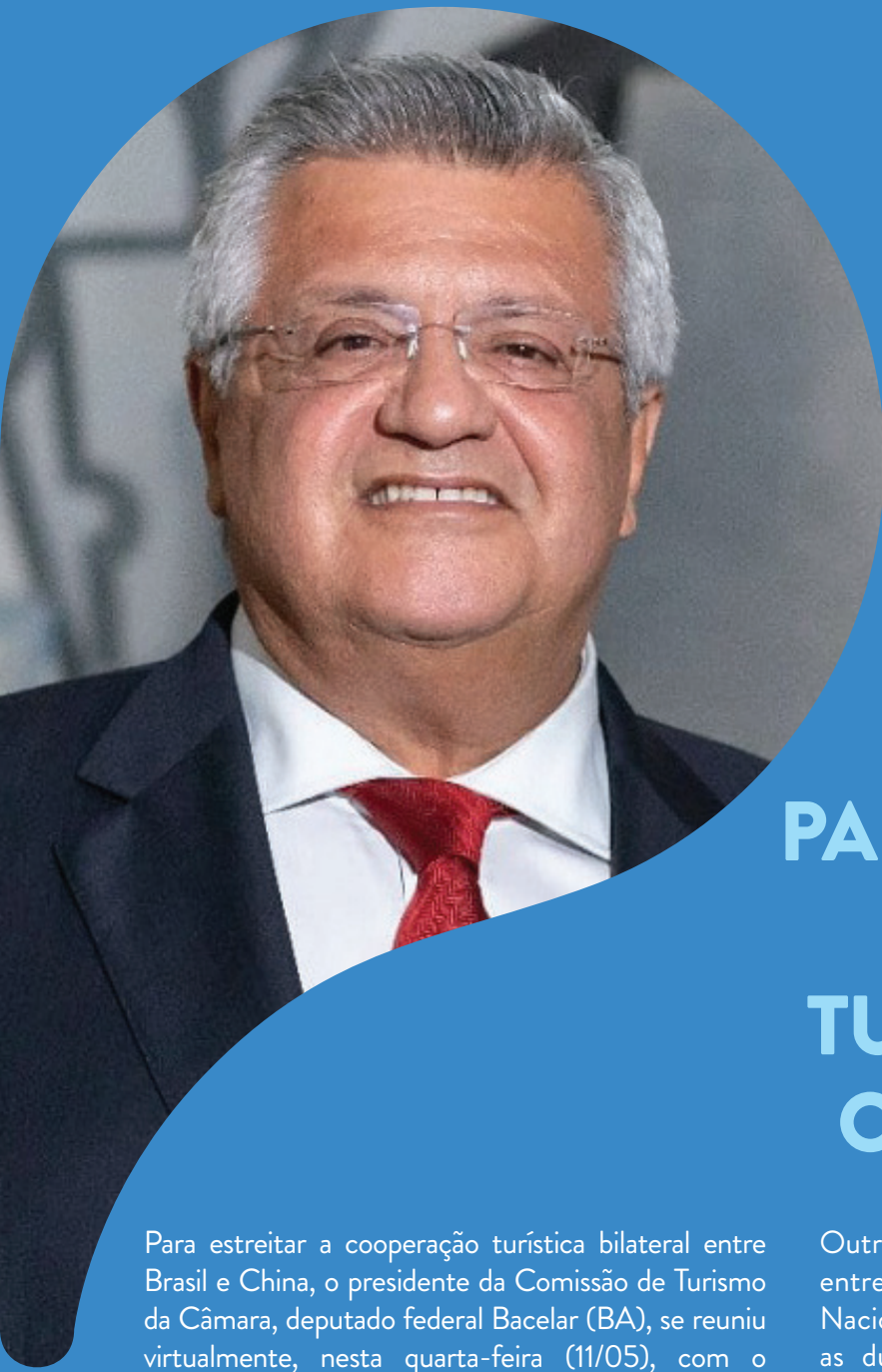
Pág. 16





SUMÁRIO

- 3** Bacelar, Brasil e China negociam parcerias para estimular Turismo entre os dois países
- 4** A luta de Diego Garcia contra a liberação das drogas no Brasil
- 6** Federalização e obras na BR-367 é prioridade para Igor Timo, líder do Podemos na Câmara
- 8** A pedido de Medeiros, CDU vai discutir o VLT e reajuste da energia elétrica em MT
- 9** José Nelto quer Reforma Cartorária no Congresso Nacional
- 10** Josivaldo JP fortalece parceria com municípios
- 12** Léo Moraes manifesta preocupação com avanço da Covid no Brasil e no estado de Rondônia
- 13** Renata Abreu propõe regulamentar herança digital de valor econômico
- 14** Ricardo Teobaldo anuncia investimentos para Taquaritinga do Norte/PE
- 16** Roberto de Lucena quer Comissão Geral para discutir o enfrentamento da fome no Brasil



“ A ISENÇÃO DO VISTO, A COOPERAÇÃO BILATERAL E O TRABALHO ENTRE AS CASAS LEGISLATIVAS SÓ VÃO ESTREITAR NOSSOS LAÇOS. TENHO CERTEZA DE QUE SERÁ MUITO BOM PARA O BRASIL ”

BRASIL E CHINA NEGOCIAM PARCERIAS PARA ESTIMULAR TURISMO ENTRE OS DOIS PAÍSES

Para estreitar a cooperação turística bilateral entre Brasil e China, o presidente da Comissão de Turismo da Câmara, deputado federal Bacelar (BA), se reuniu virtualmente, nesta quarta-feira (11/05), com o embaixador Wanming Yang. O ministro Conselheiro da China Shu Jianping também participou do encontro.

Várias medidas foram discutidas, entre elas, a isenção de vistos para turistas chineses e a promoção dos dois países. A China é responsável pela emissão de 150 milhões de turistas para o mundo, 70 mil escolhem o Brasil, o qual é o principal destino dos chineses na América Latina. Por outro lado, 90 mil brasileiros visitam a China, por ano. É o segundo país asiático mais procurado. Perde apenas para o Japão. Para o embaixador, os números são resultado da divulgação entre as duas culturas. “O Brasil é parceiro estratégico da China não só na América Latina como no mundo e precisamos aprofundar a cooperação no setor turístico. A distância geográfica não impede o intercâmbio entre os nossos povos que têm contribuído para o crescimento dos dois países”, afirmou Wanming Yang.

Outro tema do encontro foi uma futura parceria entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Nacional Popular da China. A intenção é que as duas casas legislativas trabalhem, juntas, na promoção do turismo bilateral. Na avaliação de Bacelar, a proposta é essencial, principalmente, para a retomada do setor no período pós-pandemia. “Sempre tivemos muito respeito pela China e queremos estreitar laços, trocar experiências e fazer este intercâmbio cultural e político. Será importante para todos” afirmou.

Bacelar acredita que a cooperação Brasil-China vai aumentar o fluxo de turistas chineses no país, movimentar a economia e disseminar a cultura brasileira no mundo. “A China é importante pra nós. Tanto do ponto de vista econômico quanto turístico. São nossos parceiros, importadores e têm um carinho especial por nós. A isenção do visto, a cooperação bilateral e o trabalho entre as Casas Legislativas só vão estreitar nossos laços. Tenho certeza de que será muito bom para o Brasil” elogiou o presidente da CTur.

A LUTA DE DIEGO GARCIA CONTRA A LIBERAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL

“AS DROGAS
DESTROEM VIDAS,
ROMPEM FAMÍLIAS
E AFUNDAM O
NOSSO PAÍS”

Desde o seu primeiro mandato como deputado federal, em 2015, o deputado Diego Garcia (PR), assumiu compromisso com a defesa da vida e proteção da família. E, hoje, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família da Câmara dos Deputados, tem trabalhado constantemente para defender a entidade familiar dos ataques constantes, seja pela flexibilização do direito à vida, seja pelas tentativas de legalização das drogas.

No último ano, um desses desafios veio à tona, com a retomada da discussão de um projeto de lei extremamente perigoso para as famílias e para o Brasil: o PL 399/2015. O PL original foi apresentado em 2015, quando começou a ser discutido na Câmara dos Deputados. A proposta não avançou nos últimos anos, mas o debate foi reacendido, em 2020, quando o deputado federal Luciano Ducci, que é o relator, apresentou seu parecer sobre o PL, na forma de um substitutivo, ou seja, um texto novo e totalmente modificado.

O texto do PL 399 original tinha o objetivo de viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. Entretanto, o texto do relator vem para liberar geral, permitindo cultivo, processamento, produção, industrialização,



e exportação de produtos à base de qualquer das espécies do gênero cannabis, que não tem relação, nem direta nem indireta, com qualquer pretensão de uso medicinal. Agora, querem criar um Marco Regulatório da Cannabis no Brasil. E, a partir disso, criar uma nova indústria no Brasil, uma cultura da cannabis no Brasil.

Além disso, o substitutivo abre uma brecha enorme para que a maconha possa ser comprada por usuários recreativos, qualquer pessoa, bastando ter receita médica. Conforme está escrito no parágrafo segundo do artigo 18: “Não haverá restrição quanto aos critérios terapêuticos para a prescrição de medicamentos ou de produtos de Cannabis medicinal de uso humano ou veterinário, desde que seja feita por profissional legalmente habilitado”. Diego Garcia reforça que o que o dispositivo supracitado faz, na prática aprova o uso da cannabis de forma irrestrita em todo o território nacional. “Ou seja, pode ser utilizado por criança, idoso, adolescente, cachorro, gato, papagaio, bastando a receita médica”, afirma.

Diego Garcia explica que o PL 399/2015 nem deveria existir mais, pois desde 2015, depois que foi apresentado na Câmara, a Anvisa, que é o órgão competente para regulamentar sobre medicamentos no Brasil, apresentou diversas regulamentações sobre o assunto. “As resoluções já existentes da Anvisa

fazem cair por terra a necessidade do PL 399, se o objetivo dele realmente fosse aprovar a possibilidade de uso medicinal e/ou científico dos princípios ativos da cannabis. A RDC 17/2015, a RDC 335/2020, a RDC 156/2017, e a RDC 327/2019 são todas nesse sentido. Tudo isso nos mostra que o uso medicinal de produtos à base de cannabis já é possível no Brasil; e que o substitutivo do PL 399 é um verdadeiro facilitador do uso recreativo da maconha no Brasil, travestido de uso medicinal”, explica.

O deputado também reforça que a proposta poderá abrir brechas para a banalização e liberação de outras drogas no país. “As drogas destroem vidas, rompem famílias e afundam o nosso país. No Paraná, sou co-fundador de uma Comunidade Terapêutica, então sei e conheço de perto como é a realidade das famílias que têm algum dependente químico. É muito triste. Não podemos permitir que a esquerda implante uma cultura da maconha em nosso país, que com certeza abrirá brechas para a banalização e liberação de outras drogas no Brasil”, reforça Garcia.

A discussão sobre a proposta acontece em uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados, da qual Diego Garcia é membro. A análise é conclusiva na comissão, portanto, se aprovada, seguirá para o Senado Federal.

FEDERALIZAÇÃO E OBRAS NA BR-367 É PRIORIDADE PARA IGOR TIMO, LÍDER DO PODEMOS NA CÂMARA

“A RODOVIA IDEALIZADA POR JUSCELINO KUBISTCHEK PASSA POR VÁRIAS CIDADES DO VALE DO JEQUITINHONHA, ALÉM DE LIGAR MINAS AO LITORAL BAIANO”



O deputado federal Igor Timo (MG), líder do Podemos na Câmara, faz um trabalho exemplar para defender seu estado e o país. Uma de suas lutas constantes no Congresso é a cobrança pela federalização da BR-367, rodovia que liga Minas ao litoral da Bahia, além de obras de melhorias em vários trechos, como por exemplo, no município de Couto de Magalhães até o entrocamento de Carbonita.

De acordo com o parlamentar, a rodovia precisa urgente de obras emergenciais, que vão desde o tratamento anti-pó, entre Minas Novas e Virgem da Lapa, até à pavimentação asfáltica em outros trechos.

Para agilizar as obras da BR-367, vários ofícios foram protocolados por Igor, desde 2020, no Ministério da Infraestrutura e Transportes, no Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), na Secretaria de Infraestrutura e Transportes de Minas Gerais (SEINFRA) e no Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais. Além de várias reuniões nas quais o parlamentar teve

para tratar desse assunto com o ministro da Infraestrutura e Transporte, Tarcísio Gomes de Freitas e com o secretário de Infraestrutura de Minas Gerais, Fernando Marcato.

MAIS EDUCAÇÃO PARA OS IDOSOS

Outra pauta fundamental ao país, de autoria de Igor, é o Projeto 175/19 de alfabetização dos idosos, já aprovado na Comissão de Educação, já que o Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem 5,9 milhões de idosos analfabetos, um percentual de 18% da população idosa.

Para Igor Timo esse projeto é uma grande conquista a este público que precisa não só de proteção e amparo, mas de inclusão social, principalmente na área da educação. “Esse PL é uma conquista importante para os idosos do nosso país, porque sabemos que é por meio de políticas sociais que conseguiremos reverter o grande percentual de analfabetos, não só na terceira idade, mas em qualquer faixa etária da população que sofre pela carência de políticas na área da educação”, explicou Igor.

A PEDIDO DE MEDEIROS, CDU VAI DISCUTIR O VLT E REAJUSTE DA ENERGIA ELÉTRICA EM MT



“O VALOR COBRADO É ABUSIVO E PREJUDICA A POPULAÇÃO, COMO TAMBÉM OS PEQUENOS COMERCIANTES QUE ESTÃO ENFRENTANDO UMA CRISE SEM PRECEDENTES EM FUNÇÃO DA PANDEMIA”

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara Federal aprovou a realização de audiências públicas para debater a troca do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), projeto da COPA DO MUNDO DE 2014, pelo BRT (Bus Rapid Transit) em Cuiabá e Várzea Grande, além do aumento de 7,29% na conta de energia elétrica em Mato Grosso autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no último dia 22 de abril. Os requerimentos solicitando as audiências foram aprovados no último dia 19 de maio e são de autoria do deputado federal José Medeiros (MT).

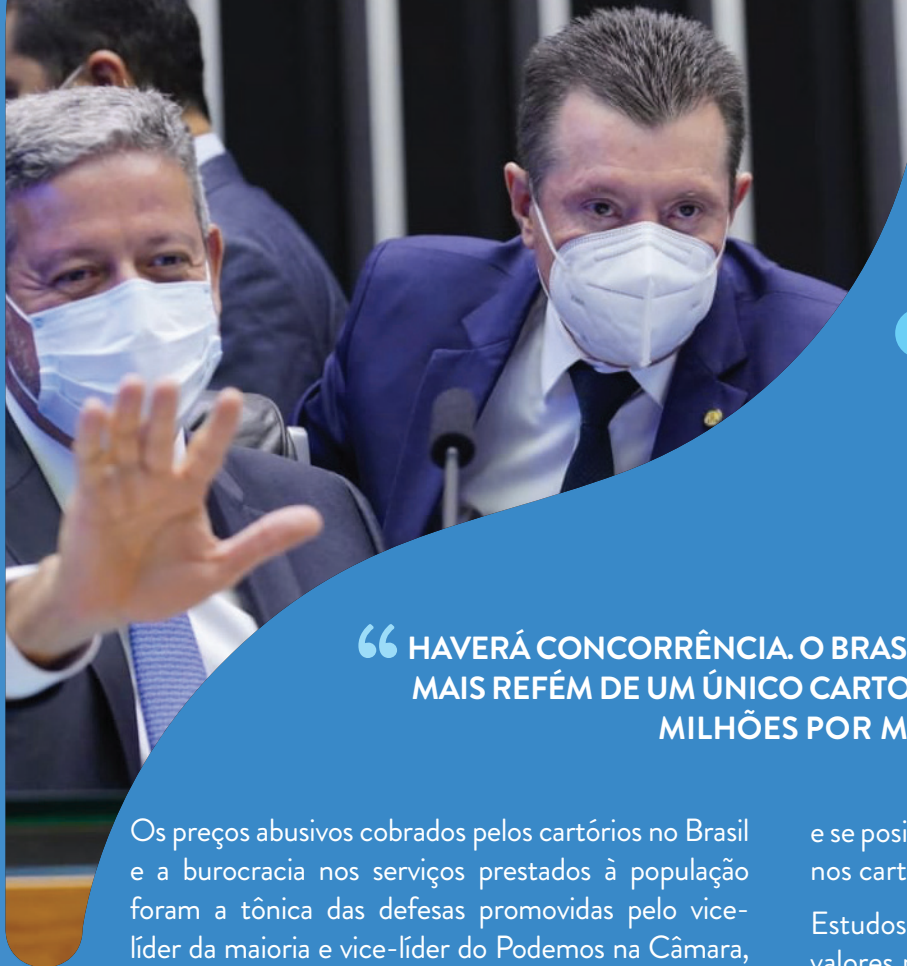
De acordo com Medeiros, que é membro titular da CDU, a previsão é que as audiências públicas sejam realizadas nas próximas semanas em função da urgente necessidade de discutir tanto o VLT como a tarifa de energia elétrica.

“Há quase oito anos a população cuiabana e várzea-grandense espera a conclusão da obra do VLT. Estão querendo jogar no lixo mais de R\$ 1 bilhão trocando o VLT pelo BRT. Já com relação à energia elétrica, a população de Mato Grosso está sofrendo com a

alta tarifa. O valor cobrado é abusivo e prejudica a população, como também os pequenos comerciantes que estão enfrentando uma crise sem precedentes em função da pandemia. Por isso, a Câmara, por meio da comissão, vai convocar todos os envolvidos para discutir esses dois assuntos e buscar soluções que possam diminuir o impacto negativo na vida do cidadão mato-grossense”, explica o parlamentar.

A previsão é que a Comissão de Desenvolvimento Urbano convoque para a audiência pública do VLT o governador Mauro Mendes (DEM), os prefeitos de Cuiabá e Várzea Grande, representantes da Caixa Econômica Federal, do Governo Federal, do Consórcio VLT e do Movimento Pró-VLT. Já na audiência da energia, serão convocados representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Energisa, Ministério das Minas e Energia e da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso (Ager/MT).

Em função da pandemia, a Câmara Federal está analisando se a audiência será presencial ou virtual.



JOSÉ NELTO QUER REFORMA CARTORÁRIA NO CONGRESSO NACIONAL

“HAVERÁ CONCORRÊNCIA. O BRASILEIRO NÃO FICARÁ
MAIS REFÉM DE UM ÚNICO CARTORÁRIO, QUE LUCRA
MILHÕES POR MÊS”

Os preços abusivos cobrados pelos cartórios no Brasil e a burocracia nos serviços prestados à população foram a tônica das defesas promovidas pelo vice-líder da maioria e vice-líder do Podemos na Câmara, deputado federal José Nelto (GO). Foi protocolado na Casa de Leis, o Projeto de Lei 1753/2021, de autoria do parlamentar para criar um teto nacional sobre as taxas cobradas pelos serviços notariais e de registro e fixar regras para dar celeridade aos referidos serviços.

No plenário Ulysses Guimarães, José Nelto, revelou que pediu ao presidente Arthur Lira (Progressistas-AL) a instalação de uma comissão que discuta uma Reforma Cartorária no país. O deputado goiano destaca que um único processo “chega a ficar seis meses em um cartório, atrasando a abertura de novos negócios e dificultando a vida dos brasileiros”.

No bojo da Reforma, mudanças estruturais devem ganhar forma. O vice-líder da Maioria chamou atenção para a tramitação da PEC 471 de 2005, que permite a abertura de mais de 5 mil cartórios e a criação de 20 mil novos empregos. “Haverá concorrência. O brasileiro não ficará mais refém de um único cartorário, que lucra milhões por mês”.

“Algo precisa ser feito para que o atual cenário não continue a gerar transtornos aos empresários e ao contribuinte brasileiro, de forma geral”.

“Estamos envoltos em um mantra de desigualdade social. É preciso questionar esses abusos impostos pelo monopólio de agentes que atuam em áreas distintas do Mercado. Faço um apelo ao presidente da Câmara, à imprensa e à sociedade que se mobilize

e se posicione pelo fim das altas taxas e da burocracia nos cartórios”.

Estudos apontam que a diferença gritante entre valores praticados por cartórios no país, bem como a cobrança em duplicidade, são um dos principais gargalos enfrentados pela iniciativa privada.

A redação do PL apresentado por José Nelto destaca que atualmente a legislação pouco dispõe sobre limites e restrições objetivos para fixação dos custos em questão, o que o deputado classifica como “lacuna legislativa”. A proposta de Nelto também destaca que o atual cenário permite que os titulares dos cartórios obtenham desigual e excessivo lucro em prejuízo à realidade do nosso país.

“Ao contrário da maioria das demais atividades econômicas, os cartórios seguem linha crescente em seus respectivos faturamentos, com curva de ganho que sequer se deixa reduzir pelas últimas crises econômicas vivenciadas”.

A Associação de Empresas do Mercado Imobiliário comprovou que os valores cartorários em estados específicos são absurdamente altos e discrepantes. Por exemplo: enquanto o Rio Grande do Sul cobra R\$ 1.166,30 a uma incorporadora para registrar um memorial, em São Paulo, uma empresa do mesmo ramo desembolsa R\$ 246.012,16 – ou seja, paga cerca de 21.000% a mais pelos mesmo serviço.

“O poder público precisa proteger a população e desenvolver políticas que impulsionem a economia e a geração de empregos. A Reforma Cartorária é uma resposta que o Congresso precisa dar ao Brasil”.

JOSILVALDO JP FORTALECE PARCERIA COM MUNICÍPIOS

“ PARA BUSCARMOS AS MELHORES FORMAS DE LEVAR AVANÇOS E DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO, O CAMINHO PASSA POR OUVIR A POPULAÇÃO, ANDAR NAS RUAS ”

Aproveitando que as sessões deliberativas da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional são realizadas de forma remota, o deputado federal Josivaldo JP (MA) fez uma série de viagens pela Região Sul do Maranhão, para participar de entregas dos kits de testes rápidos para a detecção da Covid-19 que destinou para as Regionais de Saúde de Açailândia, Barra do Corda e Balsas, a exemplo da primeira remessa de testes para a Regional de Saúde de Imperatriz. E, dentre outros temas, também foi tratado com prefeitos, secretários e entidades representativas da sociedade civil assuntos relacionados a projetos e recursos que beneficiarão a população das localidades, reforçando a parceria com os municípios.

“Estou apenas com 5 meses de mandato como deputado federal, e desde o primeiro dia fiz compromisso com o nosso Estado e a nossa região, porque ela tem pressa, ela não pode mais esperar. Ficamos muitos anos sem representante no Congresso Nacional que tivesse um olhar focado



para a população do sul do Maranhão, e há muitas necessidades que precisamos suprir, principalmente na área da saúde”, explica Josivaldo JP.

Josivaldo JP teve compromissos com gestores de Barra do Corda, Grajaú, Balsas, Cidelândia, Nova Colinas, Jenipapo dos Vieiras, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca e Carolina. “Sou parceiro dos municípios, até porque entendo que para buscarmos as melhores formas de levar avanços e desenvolvimento para a região, o caminho passa por ouvir. Ouvir a população, andar nas ruas. Conversar com os prefeitos e com outros gestores municipais e estaduais, como por exemplo os coordenadores regionais de saúde e agentes que estão na ponta, no atendimento direto da população”, ressalta o deputado Josivaldo JP.

SAÚDE É PRIORIDADE

Uma das maiores preocupações dos prefeitos tem sido, como era de se esperar, as questões relacionadas à saúde, principalmente em decorrência da pandemia do Coronavírus. Nesse sentido, o deputado federal Josivaldo JP tem demonstrado empenho em defender projetos e medidas, no âmbito do Congresso Nacional, pelo fortalecimento do Programa Nacional de

Vacinação, aumento de ofertas de leitos de UTIs, dentre outros, incluindo o envio, até o momento, de 52 mil kits de testes rápidos para detecção da Covid19 distribuídos a cerca de 44 cidades. Além disso, já anunciou a destinação de recursos, por meio de emendas individuais ao Orçamento Geral da União, para este ano ainda, para incremento de ações de Assistência Hospitalar E Ambulatorial e também de Atenção Primária à Saúde na ordem de mais de R\$ 8,1 milhões.

“Percorro as cidades, recebo em meu gabinete, seja em Imperatriz, seja em Brasília, para conhecer de perto essas necessidades, essas demandas. Converso muito com as pessoas nas ruas, também. É uma soma: precisamos ter sensibilidade social para com a população e diálogo com todos os agentes públicos, sejam os prefeitos, sejam entidades da sociedade civil, sejam os da ponta. E isso independentemente de partidos, de eleições. Temos de trabalhar a favor da população em primeiro lugar. Somente dessa forma construiremos grandes ações na região, priorizando as que atendem mais urgentemente os anseios do povo, seja na área da saúde, na de assistência social, na de agricultura familiar e tantas outras”, conclui o deputado federal Josivaldo JP.

LÉO MORAES MANIFESTA PREOCUPAÇÃO COM AVANÇO DA COVID NO BRASIL E NO ESTADO DE RONDÔNIA

Desde o início da pandemia do Coronavírus, o deputado federal Léo Moraes (RO) tem lutado pela aprovação de projetos com o objetivo de dar celeridade à imunização dos brasileiros. Para o parlamentar, as mais de 441 mil mortes, registradas até o dia 20 de abril, poderiam ter sido evitadas com a vacinação em massa da população.

O deputado destaca a situação do estado de Rondônia que atualmente ocupa o 3º lugar dos estados que menos vacinaram brasileiros, tendo até a primeira quinzena de abril pouco mais de 12,29% da população do estado protegidas.

“Infelizmente, Rondônia possui números preocupantes com relação a covid-19. Por isso temos cobrado constantemente o poder executivo, seja municipal, estadual ou federal. Precisamos

de medidas enérgicas para que possamos reduzir os números de casos e mortes, e melhorarmos na vacinação. O estado tem recebido doses da vacina constantemente, porém a vacinação está muito lenta e os números mostram isso”, explica o parlamentar.

Segundo dados do Painel Covid-19 divulgados pelo veículo de imprensa Congresso em Foco, Rondônia lidera o ranking geral de registro de mortes por 100 mil habitantes. No ranking específico de casos de covid-19 por 100 mil habitantes, Rondônia está na 5ª colocação, atrás apenas do Amapá (4º), Santa Catarina (3º), Distrito Federal (2º) e Roraima (1º).

Léo Moraes já garantiu junto ao Ministério da Saúde o envio de um número maior de doses da vacina contra a Covid para Rondônia e nos últimos meses destinou mais de R\$ 8 milhões para o setor.



“PRECISAMOS DE MEDIDAS ENÉRGICAS PARA QUE POSSAMOS REDUZIR OS NÚMEROS DE CASOS E MORTES, E MELHORARMOS NA VACINAÇÃO”

RENATA ABREU PROPÕE REGULAMENTAR HERANÇA DIGITAL DE VALOR ECONÔMICO

“DA MESMA FORMA COMO O PATRIMÔNIO ACUMULADO EM VIDA RECEBE ATENÇÃO ACERCA DO SEU DESTINO APÓS A MORTE, EM RAZÃO DE EVENTUAIS CONFLITOS DE PARTILHA, O PATRIMÔNIO VIRTUAL TAMBÉM PRECISA SER PENSADO E PLANEJADO”

Com mais de 140 milhões de brasileiros navegando pela internet e, principalmente, interagindo por redes sociais e produzindo amplo patrimônio pessoal digital, a deputada federal Renata Abreu (SP) está propondo a regulamentação da destinação ou modos de uso desses acervos após a morte do titular da conta.

O Projeto de Lei 1.144/2021, de sua autoria, autoriza que herdeiros tenham acesso aos conteúdos com valor econômico, afinal, se há valor patrimonial, cabe sucessão. Ao mesmo tempo, a proposta garante à pessoa falecida a sua privacidade e intimidade.

O objetivo da parlamentar é garantir, como herança, os conteúdos digitais e dados pessoais de natureza econômica. Se o PL for aprovado no Congresso, o Código Civil irá incluir as contas de redes sociais que gerem monetização, tais como YouTube e Instagram. A transmissão de mensagens privadas trocadas em plataformas digitais só será contemplada quando houver relação direta com a atividade financeira.

A vida real em sociedade passou a exigir proteção a tal direito. Da mesma forma como o patrimônio acumulado em vida recebe atenção acerca do seu destino após a morte, em razão de eventuais conflitos de partilha, o patrimônio virtual também precisa ser pensado e planejado, ressalta Renata Abreu.

“Em que pese o esforço legislativo realizado pelo Congresso Nacional nos últimos anos em conferir tutela jurídica adequada aos mais diversos interesses que emergem dessas novas relações sociais, como a aprovação do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os aspectos da personalidade relacionados a contas digitais demandam regulamentação específica sobre sua destinação ou modos de uso após a morte do titular dos dados”, justifica a parlamentar.

CONTAS EXCLUÍDAS

O projeto também determina que os provedores de aplicações de internet excluam as contas públicas, mediante comprovação do óbito do usuário, exceto se houver previsão contratual em sentido contrário e manifestação do titular dos dados pela sua manutenção após a morte. Nesse caso, o encarregado do gerenciamento de contas não poderá alterar o conteúdo de escritos, imagens e outras publicações ou ações do titular, e tampouco terá acesso às mensagens privadas trocadas com outros usuários. Não tendo manifestação do titular dos dados, devem os provedores manter armazenados os dados e registros da conta por um ano a partir da data do óbito e depois excluí-las.



RICARDO TEOBALDO ANUNCIA INVESTIMENTOS PARA TAQUARITINGA DO NORTE/PE

**“ESTAMOS DESTINANDO CERCA DE
R\$ 4 MILHÕES PARA O MUNICÍPIO
A SEREM USADOS NAS ÁREAS DE
EDUCAÇÃO E SAÚDE”**



No dia em que celebrou aniversário, o município de Taquaritinga do Norte recebeu mais um presente. Ao lado do prefeito Ivanildo Mestre (Lero), do deputado estadual Diogo Moraes, do vice Gena, vereadores e secretários municipais, o deputado federal Ricardo Teobaldo (PE) anunciou recursos para o município na ordem de R\$ 4 milhões para as áreas de Saúde e Educação. A agenda também contemplou uma série de inaugurações, algumas delas com recursos provenientes de emendas parlamentares do deputado Ricardo Teobaldo.

Para ele, a chegada de novos recursos vai ajudar ainda mais a administração do prefeito Lero. “Fico

muito contente de estar aqui em Taquaritinga para celebrar esse aniversário de emancipação e anunciar recursos. Estamos destinando cerca de R\$ 4 milhões de reais para o município. Nosso gabinete está à disposição do povo de Taquaritinga”, frisou Ricardo.

Foram destinados R\$ 1.242.000 para aquisição de 5 ônibus escolares; cerca de R\$ 1,8 milhão para construção de uma escola com seis salas e quadra no povoado de Vila do Socorro e mais R\$ 700 mil para investimentos em saúde, sendo R\$400 mil para alta e média complexidade e R\$ 300 mil para atenção básica.



ROBERTO DE LUCENA QUER COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O ENFRENTAMENTO DA FOME NO BRASIL

“A FOME JÁ EXISTIA
ANTES DA CRISE
SANITÁRIA
ENFRENTADA PELO
MUNDO, MAS SEU
AGRAVAMENTO
REQUER AÇÕES AINDA
MAIS URGENTES”

Com o objetivo de debater o aumento da fome no Brasil durante a pandemia de Covid-19, o deputado federal Roberto de Lucena (SP) requereu à Câmara dos Deputados a transformação de uma sessão plenária em Comissão Geral, para que o parlamento possa discutir o assunto da fome, que é uma mazela social e que tem atingido o país de forma severa, principalmente diante da crise econômica e social causada pela pandemia de coronavírus.

“Desde o início da pandemia causada pelo novo coronavírus, ocorre no país uma discussão constante sobre o aumento da insegurança alimentar como um de seus efeitos colaterais mais graves. A fome já existia antes da crise sanitária enfrentada pelo mundo, mas seu agravamento requer ações ainda mais urgentes. Diferentes levantamentos foram divulgados, dando conta que essa situação afetou e afeta, em proporções elevadas, os lares brasileiros, sobretudo nos últimos meses e na atual fase mais crítica da pandemia”, declarou.

No requerimento, o deputado Roberto de Lucena, que é presidente do Grupo Parlamentar Brasil-ONU e da Frente de Direitos Humanos e Justiça Social, solicita

que sejam convidados como debatedores autoridades dos ministérios da Cidadania; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e das Relações Exteriores, assim como do Sistema das Nações Unidas no Brasil e suas agências correlatas, entre outros.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), que faz parte do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, 19 milhões de brasileiros passaram fome nos últimos meses do ano passado e mais da metade dos domicílios no país enfrentou algum grau de insegurança alimentar.

Estima-se que 55,2% dos lares brasileiros, o que equivale a 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar no fim de 2020 e 9% deles viveram insegurança alimentar grave, ou seja, passaram fome nos três meses anteriores à pesquisa realizada em dezembro do ano passado. Segundo os pesquisadores, o número de 19 milhões de brasileiros que passaram fome durante a pandemia de coronavírus é o dobro do que foi registrado em 2009 e com retorno ao nível que foi observado no ano de 2004.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados: deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Deborah Senna, Regina Lacerda, Maura Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Robert Alves.



JUNTOS PODEMOS

f /podemos19

www.podemos.org.br


podemos
CÂMARA